

MAIS QUE PROMESSAS NA SUA CIDADE

Eleições Municipais
2020

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Florence Bauer – Representante do UNICEF no Brasil

Paola Babos – Representante adjunta para Programas do UNICEF no Brasil

Michael Klaus – Chefe de Comunicação e Parcerias do UNICEF no Brasil

NÚCLEO EDITORIAL

Elisa Meirelles Reis, Michael Klaus e Pedro Ivo Alcantara (Coordenação Editorial); Ítalo Dutra (Educação); Cristina Albuquerque (Saúde); Augusto Souza, Luiza Teixeira e Rosana Vega (Proteção à Criança); Mário Volpi (Adolescentes); Liliana Chopitea e Santiago Varella (Política Social); Boris Diechtiareff e Willian Wives (Dados Estatísticos); Anyoli Sanabria (Território Amazônico); Dennis Larsen (Território Semiárido); e Luciana Phebo (Território Sudeste)

Foto de capa:

©UNICEF/BRZ/José Nilson

unicef.org.br

facebook.com/unicefbrasil

twitter.com/unicefbrasil

instagram.com/unicefbrasil

Outubro, 2020

MAIS QUE PROMESSAS NA SUA CIDADE

Eleições Municipais 2020

Mais que promessas, crianças e adolescentes como prioridade no município – Florence Bauer.....	05
Para cada menina e menino, todos os direitos, integralmente	07
1. Água, saneamento e higiene: Colocar o saneamento básico como investimento central para prevenir doenças e reduzir desigualdades....	08
2. Educação: Reabrir as escolas com segurança e investir na aprendizagem, porque fora da escola não pode!.....	10
3. Desenvolvimento infantil: Investir na primeira infância, uma das grandes janelas de oportunidades para o presente e o futuro.....	12
4. Proteção contra a violência: Criar um pacto pela proteção de crianças e adolescentes contra a violência letal e outras violências....	14
5. Adolescência: Oferecer a cada adolescente oportunidades reais para criar um mundo melhor para si e para os outros.....	16
6. Proteção social: Fazer da infância e da adolescência a grande prioridade do orçamento e das políticas públicas municipais	18





Mais que promessas, crianças e adolescentes como prioridade no município

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, e seus impactos na vida de cada brasileiro. Embora crianças e adolescentes não sejam os mais afetados, diretamente, pelo vírus, elas e eles são as vítimas ocultas da Covid-19, sofrendo de forma mais intensa as consequências da pandemia no médio e longo prazos.

O longo tempo de fechamento das escolas e o isolamento social impactaram profundamente a aprendizagem, a saúde mental e a proteção de crianças e adolescentes contra a violência. A crise econômica provocada pela pandemia afetou meninas e meninos de forma mais intensa. Suas famílias tiveram as maiores reduções de renda e uma piora na qualidade da alimentação, em comparação com quem vive em casas sem crianças e adolescentes. Todos esses fatores atingiram, em especial, meninas e meninos que já viviam em situação de vulnerabilidade, ampliando as desigualdades no País.

Chegado o momento das eleições municipais, mais que promessas, é preciso propostas, programas e ações concretas que priorizem a infância e a adolescência. É no município que meninas e meninos vivem, então é lá que se pode impactar diretamente a vida delas e deles. Para tanto, é fundamental fortalecer e adaptar os serviços públicos de acordo com as novas realidades pós-pandemia.

O município é responsável, prioritariamente, pela educação infantil e pelo ensino fundamental. É urgente reabrir as escolas em segurança e implementar políticas para garantir a todos o direito de aprender. A gestão municipal é responsável, também, pelos serviços de saúde – incluindo a atenção primária a mulheres gestantes, mães, crianças e adolescentes – que precisam ser adaptados às novas realidades trazidas pela pandemia e fortalecidos, sempre de forma articulada com os governos federal e estaduais. Água, saneamento e higiene também têm de estar entre as prioridades da nova gestão. O mesmo vale para a assistência social, o cuidado com a primeira infância e a adolescência, e a proteção de meninas e meninos contra as diversas formas de violência, negligência e exploração.

Os novos gestores e legisladores municipais, certamente, têm um grande desafio pela frente, mas estão diante de uma oportunidade única: colocar crianças e adolescentes como prioridade em cada município.

Conheça, a seguir, as propostas do UNICEF para as eleições municipais 2020 no Brasil.

**Florence Bauer,
representante do UNICEF no Brasil**



Para cada menina e menino, todos os direitos, integralmente

Nas últimas décadas, o Brasil promoveu um forte processo de inclusão social. Entretanto, uma significativa parcela das crianças e dos adolescentes continuava excluída antes da pandemia da Covid-19. E o cenário se agravou em 2020. A exclusão, a vulnerabilidade e a violência dificilmente estão associadas a um fator único. Em geral, elas são resultado de um conjunto de aspectos que se sobrepõem.

Assim como os desafios são multifatoriais, as respostas a eles também devem ser. Os direitos de meninas e meninos, como estabelecido pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), são indissociáveis e inegociáveis. Ou seja: não adianta a criança ter acesso a educação, por exemplo, se não tem acesso a saúde e é vítima de violência. Um direito está diretamente relacionado e interligado a todos os outros.

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"

Art. 227 – Constituição Federal

Essa visão integral e integrada deve nortear as políticas públicas em cada município brasileiro. A mesma criança ou adolescente vai para a escola, acessa o posto de saúde, é acompanhado pela assistência social, entre outras ações. Cada área tem suas atribuições específicas, mas a menina e o menino que acessam os serviços são os mesmos.

Para que os direitos de cada um sejam efetivados, ações de saúde, educação, proteção social, proteção contra a violência, entre outras, devem estar conectadas e alinhadas.

Nas próximas páginas, o UNICEF apresenta propostas em diferentes frentes. Em conjunto, elas contribuem para que cada criança, cada adolescente tenha todos os seus direitos garantidos, em uma resposta sustentável e adequada à realidade e aos desafios trazidos pela pandemia.

1. Água, saneamento e higiene

Colocar o saneamento básico como investimento central para prevenir doenças e reduzir desigualdades

A pandemia da Covid-19 exacerbou a necessidade de políticas públicas que garantam a cobertura universal de serviços de água e saneamento, cruciais para que a população possa manter hábitos de higiene, evitar o contágio pelo coronavírus e outras doenças, e cuidar da saúde.

No Brasil, milhões de pessoas vivem em locais sem acesso a água tratada e limpa ([veja ao lado](#)).

Os números são igualmente graves quando se fala em coleta e tratamento de esgoto. No País, mais de 100 milhões de pessoas não possuem acesso a uma rede segura de esgoto. Desse total, 21,6 milhões usam instalações inadequadas, e 2,3 milhões ainda defecam a céu aberto.

A falta de acesso a água e saneamento impacta mais as regiões Norte e Nordeste do País, em especial as áreas rurais.

O problema também se reflete fortemente nas escolas: 39% delas não contam com serviços básicos para lavagem das mãos, e milhares não têm acesso ao abastecimento público de água e esgoto.¹

15 milhões
de brasileiros que vivem em áreas urbanas não têm acesso a água tratada.¹

Nas áreas rurais,
25 milhões
gozam apenas de um nível básico desses serviços¹.

1. Estimativas do Programa Conjunto de Monitoramento da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do UNICEF para Saneamento e Higiene (JMP), com base em dados de 2017



39%

das escolas brasileiras não têm serviços básicos para lavagem das mãos.²

26%

não têm acesso ao abastecimento público de água.³

49%

não têm acesso à rede pública de esgoto.

Água, saneamento e higiene devem estar entre as principais prioridades dos novos governos municipais, em coordenação com Estados e União. Tendo em vista a urgência trazida pela pandemia da Covid-19, as intervenções podem ser organizadas em dois níveis.

Em caráter emergencial, é preciso prover alternativas para a reabertura segura das escolas e a continuidade de serviços essenciais, como unidades básicas de saúde, Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializada em Assistência Social (Creas). Isso pode incluir estações móveis de higiene, abastecimento com caminhões pipa, entre outras opções.

Em paralelo, a gestão municipal, articulada a Estado e União, deve priorizar a implementação de um plano municipal de saneamento. Há que se focar, também, na capacitação de profissionais dos serviços públicos em temas relacionados a saúde e higiene, para orientar a população, em especial famílias com crianças.

2. Estimativas JMP, com base em dados de 2017

3. Censo Escolar, 2018

Mais que promessas, o UNICEF recomenda:

Implementar um plano municipal de saneamento em territórios vulneráveis

- Assegurar a implementação de um plano municipal de saneamento que priorize os territórios mais vulneráveis – entre eles, as escolas de áreas rurais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e periféricas.

Investir em ações emergenciais de água, saneamento e higiene nos serviços públicos

- **Volta às aulas presenciais:** Prover o apoio necessário para o sistema público de educação, com foco em água, saneamento e higiene nas escolas.
- **Continuidade de serviços:** Investir para a continuidade dos serviços de saúde materna e infantil, fortalecendo práticas e protocolos e higiene, saúde e prevenção da Covid-19 e de outras doenças. Facilitar o acesso a lavagem de mãos e higiene em Cras e Creas, para prevenção da Covid-19 e de outras doenças.
- **Informar e formar a população:** Capacitar profissionais dos diversos serviços públicos e efetivar o direito de famílias em situação de vulnerabilidade a informações confiáveis sobre a Covid-19 e sobre boas práticas de saúde e higiene.

2. Educação

Reabrir as escolas com segurança e investir na aprendizagem, porque fora da escola não pode!

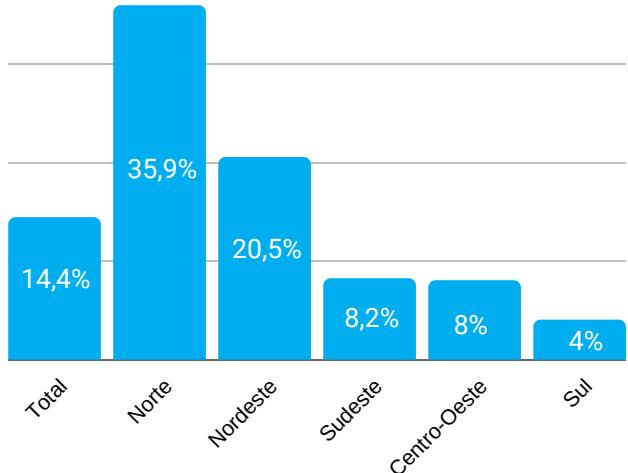
O fechamento das escolas – embora necessário para conter a Covid-19 – teve e ainda tem impactos profundos na vida de crianças e adolescentes.

Considerando as desigualdades brasileiras, as opções de continuidade das aprendizagens em casa não se deram da mesma forma. Antes da pandemia, 4,8 milhões de estudantes viviam em casas sem acesso à internet⁴ – o que teve forte impacto nas oportunidades de acesso ao ensino online na pandemia.

Em agosto de 2020, 4 milhões de estudantes do ensino fundamental (14,4%) estavam sem acesso a nenhuma atividade escolar. A maioria negros, vivendo em famílias com renda domiciliar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.⁵

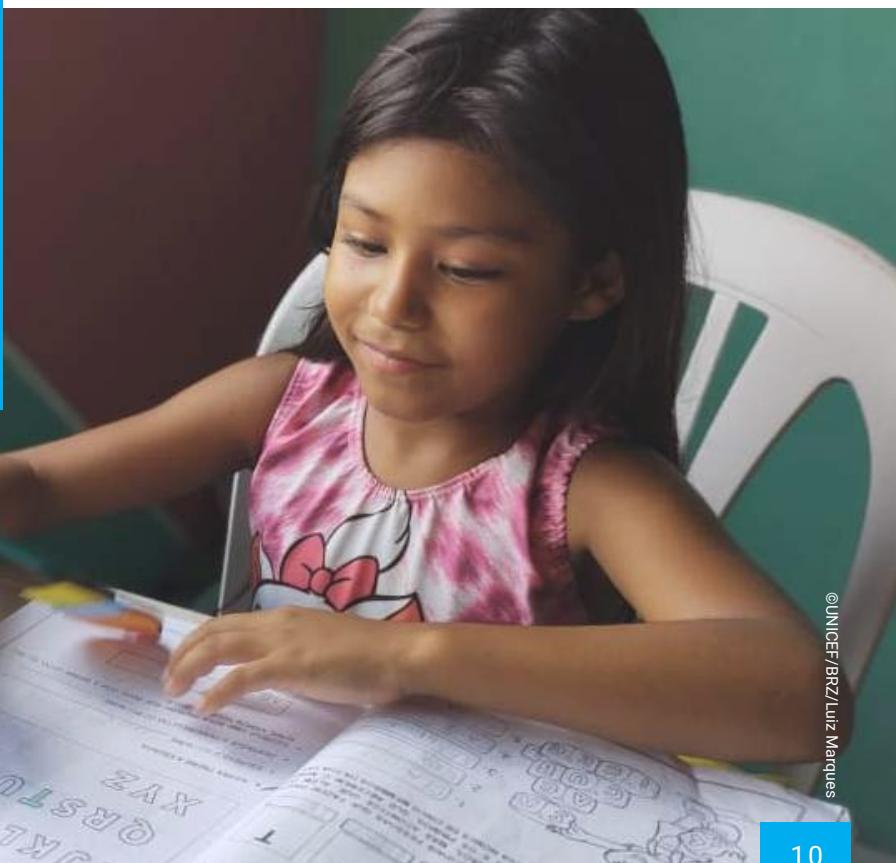
Escolas fechadas tiveram também outros impactos. O tempo prolongado de isolamento prejudicou a saúde mental. Sem acesso à merenda, a alimentação dos mais vulneráveis piorou. E, longe da rede de proteção provida pela escola, crianças e adolescentes ficaram ainda mais suscetíveis a diversas formas de violência, entre elas o trabalho infantil.

Percentual de estudantes de ensino fundamental ⁵ sem acesso a atividades escolares (agosto, 2020)



4. Pnad 2016 (último dado disponível)

5. Pnad Covid, agosto 2020



21,5%

dos estudantes* com renda domiciliar de **menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo** não receberam nenhuma atividade escolar em agosto de 2020.

Entre aqueles com renda domiciliar de **mais de 4 salários mínimos**, foram

7,9%⁶

Retomar o ensino presencial e garantir o direito de crianças e adolescentes à educação são ações essenciais para os novos governos municipais. Essa reabertura deve ocorrer com toda a segurança, preservando a saúde de crianças, adolescentes, profissionais da educação e das famílias de todos.

Além de reabrir as escolas, é essencial ir atrás de quem não conseguiu se manter aprendendo na pandemia – ou quem já estava fora da escola ou em atraso escolar antes da Covid-19. Essas crianças e esses adolescentes precisam de iniciativas e propostas específicas para que consigam retomar a aprendizagem.

É importante, também, investir para que a escola seja um ambiente inclusivo e seguro, que contribua para proteger contra diferentes violências, para desenvolver competências para a vida, ingressar no mundo do trabalho e acessar as tecnologias digitais, seguindo as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e considerando as especificidades locais.

6. Pnad Covid, agosto 2020

*Educação básica e ensino superior

Mais que promessas, o UNICEF recomenda:

Priorizar a reabertura segura das escolas

- Investimento:** Assegurar, no orçamento municipal, os recursos necessários à implementação do Plano Municipal de Educação (PME), adaptado aos desafios trazidos pela pandemia.
- Retomada do ensino presencial:** Implementar protocolos para a reabertura segura das escolas. Acesse unicef.org/brazil/reabertura-segura-das-escolas.

Ir atrás de quem está fora da escola, investir na aprendizagem e na inclusão digital

- Busca Ativa Escolar:** Desenvolver estratégias de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, envolvendo diversas áreas da gestão pública. Mais em buscaativaescolar.org.br.
- Trajetórias de sucesso escolar:** Desenvolver políticas educacionais específicas, focadas nos estudantes em atraso escolar para ajudá-los a permanecer na escola, avançar a aprender. Mais em trajetoriaescolar.org.br.
- Aprendizagem digital, inclusiva e contextualizada:** Desenvolver estratégias articuladas com governos estadual e federal para ampliar o acesso à internet nas escolas. Oferecer propostas de aprendizagem digital e rever os currículos de modo a incluir competências para a vida e o mundo do trabalho, seguindo a BNCC.

3. Desenvolvimento infantil

Investir na primeira infância, uma das grandes janelas de oportunidades para o presente e o futuro

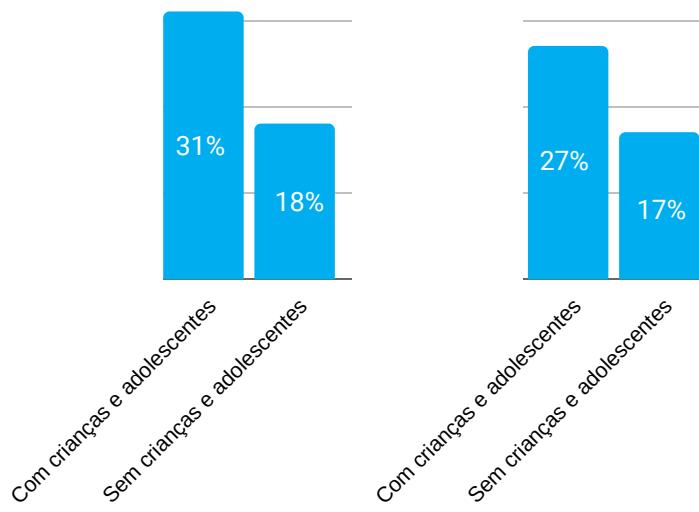
Milhões de crianças de até 6 anos e mulheres gestantes já enfrentavam desafios, antes da pandemia, para seu pleno desenvolvimento por causa do baixo acesso a uma alimentação adequada e saudável, a serviços de pré e pós-natal de qualidade, à imunização em tempo oportuno, à saneamento e água potável em casa, a creche e pré-escola de qualidade, e à proteção contra a violência.

Com a pandemia, os desafios se agravaram. Em todo o mundo, houve queda nas coberturas vacinais. Mais de 117 milhões de crianças de 37 países podem não receber a vacina contra o sarampo.⁷ A insegurança alimentar e nutricional se acentuou, com impactos na infância. 33 milhões de brasileiros (21%) relataram momentos em que os alimentos acabaram e não havia dinheiro para comprar mais. Nas famílias com filhos, o percentual foi de 27%.⁸

Com o isolamento social, crianças pequenas ficaram longe da rede de proteção e da educação infantil. Elas também foram muito afetadas pelo aumento da violência doméstica e pela redução da renda familiar.

Famílias em que o consumo de alimentos não saudáveis aumentou

Famílias em que a comida acabou e não havia dinheiro para comprar mais⁸



7. UNICEF e Organização Mundial da Saúde (OMS), 2020

8. Ibope-UNICEF, julho 2020



117 milhões

de crianças de 37 países podem deixar de receber a vacina que protege contra o sarampo, em meio à pandemia.⁹

Investir no cuidado integral e integrado nos seis primeiros anos de vida – olhando conjuntamente os diferentes aspectos do desenvolvimento infantil – traz mais resultados do que em qualquer outra fase da vida.

No município, iniciativas multisectoriais para essa faixa etária devem ser fortalecidas ou implementadas. Isso inclui programas de visitas domiciliares, com profissionais capacitados para orientar mães, pais e cuidadores sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento infantil, como saúde, nutrição, cuidado carinhoso, desenvolvimento cognitivo, fortalecimento de vínculos e prevenção contra diversas violências.

É essencial, também, fortalecer a atenção primária, garantindo o acesso continuado à saúde para crianças, mães e mulheres gestantes – em especial aquelas em situação de vulnerabilidade. Diante do cenário atual, é urgente ampliar as coberturas vacinais.

As políticas de educação infantil também devem estar entre as principais prioridades.

9. UNICEF e OMS, 2020

Mais que promessas, o UNICEF recomenda:

Implementar programas multisectoriais voltados à primeira infância

- **Investimento:** Assegurar, no orçamento municipal, recursos para implementar a lei 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas para a primeira infância. Reforçar o orçamento da atenção primária de saúde, responsável pelo atendimento inicial à população e pela prevenção da Covid-19.
- **Atenção multisectorial à criança:** Implementar e/ou ampliar programas multisectoriais voltados a crianças e gestantes, com visitas domiciliares às famílias, especialmente as mais vulneráveis.

Investir em saúde, educação e proteção para crianças e famílias

- **Imunização:** Aumentar a cobertura vacinal de rotina por meio da busca ativa domiciliar; da abertura das Unidades Primárias de Saúde em horários não comerciais; da ampliação das campanhas de imunização, adaptadas aos protocolos de prevenção da Covid-19.
- **Nutrição:** Fortalecer programas de melhoria do estado nutricional de crianças e adolescentes, incluindo a promoção do aleitamento materno e da alimentação saudável, inclusive nas escolas.
- **Educação:** Garantir a ampliação do acesso a creche e pré-escola: ver página 10.
- **Água, saneamento e higiene:** ver página 08. **Proteção contra a violência:** ver página 14.

4. Proteção contra a violência

Criar um pacto pela proteção de crianças e adolescentes contra a violência letal e outras violências

No Brasil, milhões de meninas e meninos nascem e crescem em territórios diretamente afetados pela violência, em especial a violência armada, com pouco acesso a serviços públicos, sujeitos a uma superposição de violações e privações de direitos.

Antes da pandemia, em 2018, 9.781 meninas e meninos foram vítimas de homicídio no Brasil,¹⁰ a maioria negros e vivendo nesses territórios. Havia, também, 2,4 milhões de crianças e adolescentes em trabalho infantil (2016), sendo 64% negros.¹¹ A violência sexual já era um tema de alerta. Quatro meninas de até 13 anos foram estupradas por hora em 2019.¹²

Durante a pandemia, crianças e adolescentes ficaram ainda mais em risco. Muitas das violências física, psicológica e sexual ocorrem dentro de casa. Longe da escola e dos serviços de saúde e assistência social, meninas e meninos perderam o contato com a rede de proteção. Além disso, a crise econômica provocada pela Covid-19 impactou especialmente os mais vulneráveis, podendo ampliar o trabalho infantil no País.

2,4 milhões
de crianças e adolescentes
estavam em situação de trabalho
infantil antes da pandemia da
Covid-19.¹¹

10. Datasus, 2018

11. Pnad 2016, (último dado disponível)

12. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019

Mais de 1

**criança ou adolescente é vítima
de homicídio por hora no Brasil.
Em 2018, foram 9.781 vítimas.**¹³

4 meninas

**são estupradas por hora no
País, com idades até 13 anos.**¹⁴

No município, é essencial o bom funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), com destaque para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Tutelar e o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (Creas).

O CMDCA formula diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, e fiscaliza as políticas públicas. Os Conselhos Tutelares zelam pelos direitos, podendo orientar e agir em casos de violações contra meninas e meninos. Já o Creas acompanha famílias em situação de risco, sendo responsável, também, por executar as medidas socioeducativas em meio aberto.

Além de fortalecer o SGD, é fundamental implementar políticas municipais de prevenção e resposta às diferentes violências. Há, também, que se investir em oportunidades para adolescentes, com foco em afastá-los do trabalho infantil (mais na página 16) e de outras formas de violência e exploração.

13. Datasus, 2018

14. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019

Mais que promessas, o UNICEF recomenda:

Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos

- Garantir, com Estados e União, apoio financeiro e técnico a CMDCA, Creas e Conselhos Tutelares, incluindo infraestrutura adequada e equipes em número suficiente para a demanda. Promover a intervenção articulada de todos os atores da rede de proteção para contar com um SGD responsável e eficiente.

Investir em políticas de prevenção e resposta às diferentes violências

- **Redução de homicídios:** Implementar políticas municipais de enfrentamento da violência letal, com foco na redução de homicídios de adolescentes, principalmente negros. Envolver adolescentes na elaboração e no aprimoramento dessas políticas. Fortalecer o papel da escola na prevenção e proteção de crianças e adolescentes vulneráveis.
- **Redução da violência baseada em gênero:** Adotar programas de prevenção e resposta à violência baseada em gênero, ao abuso e à exploração sexual.
- **Apoio a vítimas e testemunhas:** Promover a denúncia e ofertar serviços integrados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, via Lei 13.431/17.
- **Investimento na socioeducação em meio aberto:** Fortalecimento dos Creas para implementação de medidas socioeducativas em meio aberto.

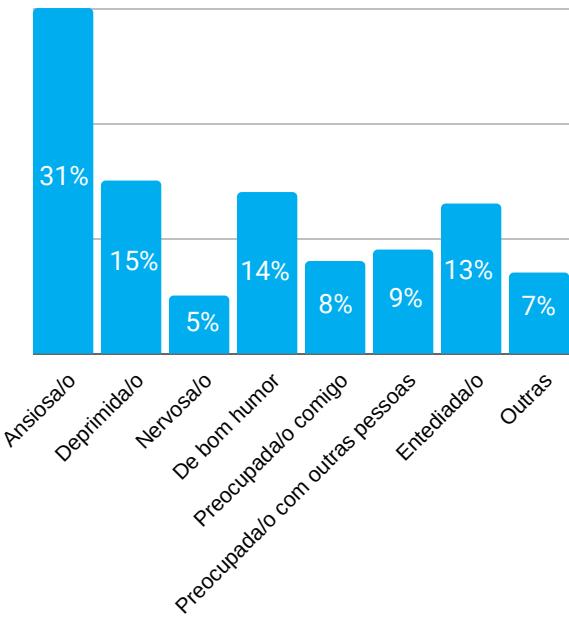
5. Adolescência

Oferecer a cada adolescente oportunidades reais para criar um mundo melhor para si e para os outros

A adolescência é uma oportunidade única de desenvolvimento para meninas e meninos, muito relacionada à socialização, ao contato com seus pares e à aprendizagem.

Por esse motivo, a pandemia da Covid-19 trouxe desafios importantes para adolescentes. A suspensão das aulas presenciais – especialmente em comunidades populares, sistema socioeducativo e abrigos – impactou a saúde mental de meninas e meninos. Segundo uma enquete do UNICEF com 4 mil adolescentes, 72% sentiram necessidade de pedir ajuda na pandemia¹⁵. Nos territórios mais pobres, os problemas foram ainda maiores. Meninas e meninos sofreram com a falta de espaços adequados dentro das moradias. A baixa conexão à internet dificultou o contato com amigos, prejudicou o acesso a aulas online e afastou os adolescentes de canais de apoio e proteção contra a violência. A tudo isso, somam-se as preocupações com a situação financeira das famílias, levando adolescentes ao trabalho precário remunerado e também doméstico.

**Resposta de 4 mil adolescentes à pergunta:
Qual opção descreve melhor como você está
se sentindo nos últimos dias?¹⁵**



15. Enquete realizada pelo UNICEF com 4 mil adolescentes e jovens, em setembro de 2020, por meio da plataforma U-Report



72%

dos adolescentes ouvidos pelo UNICEF sentiram necessidade de pedir ajuda durante a pandemia, mas, desses,

41%

não recorreram a ninguém.¹⁶

Oferecer canais de apoio e oportunidades a adolescentes, em especial os mais vulneráveis, deve ser parte das ações municipais. Para tanto, é essencial garantir a continuidade dos serviços de apoio psicossocial – sobretudo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). É preciso, também, garantir o acesso de adolescentes a canais de apoio, escuta e aconselhamento no próprio município ou por meio de acesso a iniciativas online. Outra prioridade deve ser o acesso seguro de adolescentes à internet; e a formulação de propostas pedagógicas específicas para meninas e meninos que não conseguiram se manter estudando na pandemia.

Junto com isso, há que se prover oportunidades de educação, aprendizagem e trabalho protegido para adolescentes – inclusive nos órgãos municipais – em especial aqueles em contextos vulneráveis. Em diálogo com Estados e o setor privado, a gestão municipal pode investir para ampliar a oferta de vagas de aprendiz e o acesso a elas no município.

16. Enquete realizada pelo UNICEF com 4 mil adolescentes e jovens, em setembro de 2020, por meio da plataforma U-Report

Mais que promessas, o UNICEF recomenda:

Cuidar da saúde mental de adolescentes

- Garantir a continuidade dos serviços de apoio psicossocial a esse público – em especial nos Caps. Garantir o acesso de adolescentes a canais de apoio, escuta e aconselhamento no próprio município ou por meio de acesso a iniciativas online. Capacitar profissionais dos serviços públicos para qualificar o atendimento voltado à saúde mental de adolescentes.

Criar oportunidades de educação, aprendizagem e trabalho protegido

- Dentro dos órgãos públicos municipais, oferecer oportunidades de trabalho decente, criando vagas de aprendiz, estágio e emprego formal para adolescentes e jovens. Estimular o cumprimento da oferta de vagas de aprendizagem pelas empresas contratadas pelos municípios. Articular, com a gestão estadual, para que sejam ofertadas oportunidades a adolescentes nos órgãos públicos estaduais presentes no município. Articular, com o setor privado local, para que sejam ofertadas oportunidades a adolescentes no município.

Apoiar quem deixou a escola ou está em atraso escolar

- Investir em propostas específicas para quem estava excluído ou não conseguiu continuar aprendendo na pandemia (ver página 10).

6. Proteção social

Fazer da infância e da adolescência a grande prioridade do orçamento e das políticas públicas municipais

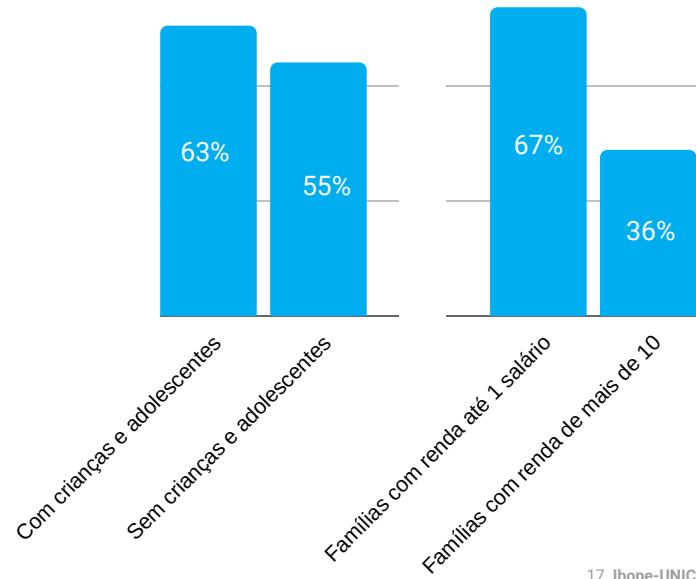
A crise provocada pela pandemia da Covid-19 impactou diretamente a renda das famílias brasileiras com crianças e adolescentes.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Ibope para o UNICEF em julho de 2020, 55% dos brasileiros afirmam que o rendimento de seus domicílios diminuiu desde o início da pandemia. Os impactos foram maiores nas famílias com crianças e adolescentes. Desses, 63% viram sua renda diminuir.

A redução também está mais presente nas camadas mais pobres: 67% daqueles com renda familiar de até um salário mínimo tiveram redução de rendimentos, contra 36% daqueles com renda familiar de mais de 10 salários mínimos.

O auxílio emergencial foi pedido por 46% dos brasileiros entrevistados. Entre quem vive com crianças e adolescentes, o percentual chegou a 52%¹⁷. A pandemia mostrou que havia uma parcela importante da população que não era alcançada pelos cadastros dos programas de transferência de renda existentes.

Percentual de famílias que viram seu rendimento domiciliar diminuir desde o início da pandemia¹⁷
(julho, 2020)



17. Ibope-UNICEF, julho 2020



52%

dos brasileiros que vivem em domicílios com crianças e adolescentes pediram auxílio emergencial.¹⁸

As políticas municipais devem estar focadas nas famílias que mais precisam: aquelas com crianças e adolescentes, com altos índices de vulnerabilidades, acentuados pela pandemia.

No planejamento fiscal e orçamentário, a proteção social deve ser vista não como um gasto, mas como um investimento. Crianças, adolescentes e suas famílias devem ser prioridade no Plano Plurianual (PPA), em que o município planeja suas ações de médio e longo prazos; e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), que definem e organizam a implementação dos investimentos anuais. As políticas de transferência de renda também precisam ser garantidas, priorizadas e ampliadas em articulação com os Estados e a União. É fundamental fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (Suas) no município, dando apoio ao cadastramento e às transferências de renda, e também prevenindo e agindo em resposta a situações de vulnerabilidade que vão além da renda.

18. Ibope-UNICEF, julho 2020

Mais que promessas, o UNICEF recomenda:

Priorizar a infância e a adolescência nos orçamentos municipais

- Identificar e dar visibilidade ao orçamento público destinado, direta e indiretamente, a crianças e adolescentes, de modo a dar maior transparência aos gastos públicos.
- Priorizar o investimento em políticas públicas que beneficiam crianças, adolescentes e suas famílias

Promover políticas de proteção social e transferência de renda para famílias

- Garantir, prioritariamente, em articulação com Estados e União, a continuidade e a ampliação de políticas de transferência de renda voltadas a famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.
- Realizar busca ativa e cadastramento de famílias vulneráveis por meio dos Cras. Encaminhar as famílias para os programas, serviços e benefícios previstos no Suas.

Fortalecer o Suas localmente

- Ampliar as capacidades do Suas de resposta ao agravamento da pobreza, ao crescimento da vulnerabilidade, incluindo sua preparação para situações de emergências sociais, migratórias e de saúde pública.



para cada criança